

**Pesquisa, fábrica, relamina,
automatiza, transporta, exporta...**

ENDIVIDADOS

Dívida Externa Economistas propõem ao FMI financiamento compensatório para juros

por Paulo Sotero
de Washington

Quatro economistas de renome internacional, entre os quais o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen, propuseram a criação de um programa de financiamento compensatório no Fundo Monetário Internacional (FMI) destinado a proteger os esforços de ajustamento dos países endividados ante eventuais altas dos juros internacionais. A idéia é uma das contribuições originais do estudo "Rumo à Retomada do Crescimento na América Latina", divulgado na manhã de ontem pelo Institute for International Economics (IIE), um centro de pesquisas privado de Washington dirigido por C. Fred Bergstein, o ex-secretário adjunto do Tesouro dos EUA.

A proposta de financiamento compensatório por perdas produzidas por variação dos juros é, segundo Bergstein, um desdobramento natural da cláusula incluída no acordo recentemente assinado entre o México e o FMI, prevendo empréstimos adicionais automáticos do FMI caso os preços de petróleo, que é a principal fonte de receita para o país, caiam abaixo de US\$ 9 por barril. Há duas semanas, a Argentina, que deve renovar seu programa com o FMI ainda neste ano, já fez saber que pretende indexá-lo pelos preços do trigo, seu principal produto de exportação.

No Brasil, o acordo mexicano e a intenção argentina estimularam os estrategistas da área econômica do governo a imaginarem um esquema segundo o qual a economia seja formalmente salvaguardada das variações de juros e os efeitos do protecionismo. A proposta, contida no estudo divulgado em Washington, aproxima-se, pelo menos em espírito, da pretensão brasileira, com a diferença que ela prevê um papel central para o FMI, que o governo brasileiro deseja ver pelas costas.

Outra questão importante levantada pelo estudo é a da necessidade de um aumento substancial do fluxo anual de capitais para a América Latina para cerca de US\$ 20 bilhões líquidos, através, principalmente, de organismos multilaterais como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Preparado ao longo dos últimos dois anos, sob o patrocínio conjunto do IIE, da Fundação Getúlio Vargas, do Colégio del México e da America's Society, o estudo pretende, segundo Bergstein, "colocar um pouco de carne nos ossos do Plano Baker". Embora não tenha sido iniciado com esse objetivo, pois precede a iniciativa do governo americano, sua divulgação coincide com os esforços de Washington para transformar o acordo recentemente celebrado entre o México e o FMI na plataforma de lançamento — ao menos publicitário — do Plano Baker durante a reunião anual do FMI e do BIRD, no fim deste mês.

David Rockefeller, presidente da America's Society, que compareceu à entrevista coletiva em que o trabalho foi divulgado, ontem, fez questão de enfatizar que o estudo foi produzido primordialmente por latino-americanos e foi também financiado, em sua maior parte, por fontes da região. Assinam o estudo, além de Simonsen, o professor Bela Ballassa, americano de origem húngara que trabalha como consultor do BIRD e leciona Economia Política na Universidade de Johns Hopkins, em Washington; Gerardo M. Bueno, embaixador do México junto à comunidade européia e pesquisador-sênior do Colégio del México; Pedro Pablo Kuczynski, ex-ministro de Energia e Minas do Peru e co-presidente do banco de investimentos First Boston Corporation.

CRISE DA DÍVIDA

O trabalho reconhece que a crise da dívida na América Latina foi causada em grande parte por fatores externos, mas afirma que, independentemente de suas causas, ela revelou problemas profundos que precisam ser enfrentados para que a região reencontre o caminho do crescimento sustentado e reverta o declínio de 10% da renda per capita registrado desde 1980. Nesse sentido, o diagnóstico feito pelo estudo é essencialmente o mesmo que se faz nos centros de decisão dos países industrializados. Três áreas principais precisam ser atacadas, afirmam os autores do trabalho.

- E necessário que os governos promovam reformas de suas políticas de comércio e de câmbio a fim de dar uma "orientação para fora" à economia de cada país. Somente essa orientação permitirá aos países da região restaurar o crescimento e ter a receita de divisas de que necessitam para manter o pagamento do serviço da dívida. O estudo recomenda que se coloque menos ênfase do que no passado nas políticas de substituição de importações, mas, condena, em princípio tais políticas. O plano siderúrgico brasileiro, que começou a ser implementado no governo Geisel, quando Simonsen era ministro da Fazenda, foi distinguido por Bergstein como um exemplo "de substituição de importação eficiente". No sentido oposto, o programa nuclear, iniciado na mesma época, é, segundo o professor Ballassa, um exemplo do que não deve ser feito. Nesse capítulo, os autores do estudo aconselham também os governos a evitar medidas excessivas de proteção e a usar apenas os incentivos de exportação aceitos internacionalmente.

- O aumento da competitividade interna é outra área em que os países precisam trabalhar. Para isso, sugerem os autores do estudo, eles devem adotar taxas de juros reais positivas (mas não excessivas), medidas de política fiscal destinadas, por um lado, a conter o déficit público e a preservar o espaço de ação do setor privado e, por outro, a encorajar mais a poupança do que o consumo. As políticas de incentivo ao investimento de capital estrangeiro e as medidas que induzam o repatriamento de capitais são também aconselhadas, como formas de aumentar a receita de divisas sem aumentar a dívida.

- A terceira área que precisa ser atacada é a do Estado. Os governos devem promover uma desregulamentação substancial da economia, de modo a encorajar o empresário a investir mais.

Aos países industrializados, lê-se no estudo, cabe manter a economia mundial crescendo a um mínimo de 3% ao ano e combater o protecionismo, diminuir as taxas reais de juros através de cortes no déficit público (principalmente nos EUA). Aos países industrializados cabe ainda reduzir os "spreads", a taxa de risco que os bancos cobram para refinarçar os empréstimos. As sugestões sobre o aumento do fluxo anual de capitais para a região, para US\$ 20 bilhões líquidos, e a criação do programa de financiamento compensatório a aumentos de juros, pelo FMI, completam o estudo, que é francamente contrário ao perdão da dívida.

"Ainda que as propostas do estudo possam parecer excessivamente ambiciosas, elas são realistas", afirmou Bergstein. "Três anos atrás, era simplesmente inimaginável que os países latino-americanos adotariam muitas políticas que já adotaram e mudanças significativas ocorreram, também, na posição dos países industrializados." Ele citou, por exemplo, a entrada do México para o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a adoção de políticas de privatização por vários países e, no lado das nações industrializadas, o novo papel do BIRD.

O BRASIL

O estudo indica o Brasil como um país que já obteve resultados na aplicação de algumas sugestões do plano, como uma política de câmbio realista, políticas de substituição inteligentes etc. A referência elogiosa ao País — que nos últimos tempos tem sido apresentada, especialmente em Washington, como uma espécie de império do mal do Terceiro Mundo em matéria de política comercial — não foi aceita de forma unânime e gerou um pequeno debate durante o jantar realizado pelo IIE na noite da segunda-feira passada para celebrar a divulgação. Desafiado a dar sua opinião, o ex-ministro Simonsen, usando uma escala de 0 a 10, deu nota 7 para as políticas de câmbio e de comércio do País, 5 para as políticas monetária e fiscal e 0 para a desestatização. Apesar da nota média de Bergstein não chegar a 4 nas três áreas em que o estudo vê necessidade de reforma, o mexicano Gerardo Bueno chamou a atenção para o fato de o Brasil estar muito adiante dos demais países da região na implementação de políticas de mudança. "O México", concluiu Bergstein, "adoraria ter os problemas do Brasil."